

A GUERRA DO MATO. RESISTÊNCIA À ESCRAVATURA E REPRESSÃO DOS FUGITIVOS NA ILHA DE SÃO TOMÉ (SÉCULOS XVI-XVIII)

*Arlindo Manuel Caldeira**

Despovoada à data da chegada dos portugueses, a ilha de São Tomé recebeu, a partir do último quartel do séc. XV, vagas sucessivas de africanos escravizados. Inicialmente, destinavam-se a apoiar os primeiros povoadores europeus nos serviços domésticos, na desmatagem e no levantamento de edifícios, mas um pequeno número era já reexportado para Portugal ou para São Jorge da Mina. A partir do fim da década de 1510, a ilha torna-se um entreposto importante no tráfico negreiro: ganha o exclusivo, sob administração directa da coroa, do fornecimento de escravos à Mina¹ e passa a negociar directamente com a América central espanhola, em particular com as Antilhas². Sensivelmente pela mesma data, começa a desenvolver-se em São Tomé a produção industrial de açúcar, com um crescimento muito rápido do número de roças de cana e de engenhos³ e com a correspondente necessidade de mão-de-obra.

* CHAM (Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores).

¹ Regimento do Trato de S. Tomé, 1519 (*Monumenta Missionaria Africana*, 1ª série, vol. IV, p. 126); J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina: 1482-1637. La vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*, Lisboa/Paris, CNCDP/Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, vol. I, pp. 33-36.

² José Luis Cortés López, *Esclavo y colono (Introducción y sociología de los negros africanos en la América española del siglo XVI)*, Salamanca, Ediciones Universidad, 2004, pp. 23-38.

³ Arlindo Manuel Caldeira, «Learning the Ropes in the Tropics: Slavery and the Plantation System on the Island of São Tomé», *African Economic History*, Vol. 39, 2011, pp. 35-71. Versão em português com muitas alterações: «Aprender os trópicos:

Desta forma, para o trabalho na ilha ou em trânsito para outros destinos, muitos milhares de escravizados africanos desembarcaram em São Tomé.

Desse enorme contingente, uma percentagem que ainda é arriscado quantificar acabou por fugir, por mar, procurando regressar ao continente, ou por terra, para as zonas mais florestadas da ilha.

Neste trabalho, consideraremos apenas as fugas por terra. As fugas em embarcações não só já foram objecto, noutra ocasião, de um texto nosso⁴, como, bem ou mal sucedidas, significavam um corte definitivo com a ilha, o que as exclui do âmbito deste artigo.

Provavelmente, mais do que em qualquer outro território colonial, as condições físicas naturais (e até algumas das alterações ambientais que resultaram da colonização) facilitavam a fuga dos escravizados e defendiam-nos de eventuais perseguições.

A ilha de São Tomé, com uma superfície aproximada de 860 km² (cerca de um terço da área do distrito de Lisboa, menos de um décimo do distrito de Beja) apresenta, sobretudo na metade ocidental, uma orografia acidentada, com uma dezena de serranias com declives acentuados e centenas de metros de altura. Algumas delas ultrapassam mesmo os mil metros, como é caso dos picos de Ana Chaves (1636 m), Cabumbé (1403 m) ou de São Tomé (2024 m)⁵.

À data da sua descoberta pelos portugueses, a ilha de São Tomé era coberta por floresta tropical (a que os portugueses chamavam *mato* e os africanos iriam chamar *ôbô*⁶) até quase à orla do mar. Por circunstâncias diversas, algumas delas devidas, como veremos, à insegurança, praticamente só foi agricultada a fachada nordeste da ilha e, durante

plantações e trabalho escravo na ilha de São Tomé», in Margarida V. R. Machado *et al.* (coord.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*, Ponta Delgada, CHAM, 2013, pp. 25-54.

⁴ «A viagem improvável. Tentativas de regresso ao continente africano de escravos das ilhas de São Tomé e do Príncipe (séculos XV-XVIII)», in *O Colonialismo Português e os PALOP – Novos Rumos da Historiografia*, Coleção Estudos Africanos do CEAUP, Famalicão, Ed. Humus, 2013, pp. 119-133.

⁵ Francisco Tenreiro, *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 23-24.

⁶ A palavra *ôbô*, que surge tanto no Forro de São Tomé como no Principense, tem origem Kwa, parecendo provir do Bini *o'go*. (Luiz Ivens Ferraz, *The creole of São Tomé*, Joanesburgo, Witwatersrand University Press, 1979, p. 97).

o século XVI, apenas até à cota dos 200 metros, a partir da qual a cana-de-açúcar não se adaptava. Depois de 1580, quando a produção açucareira caiu verticalmente e a agricultura de mantimentos, que a substituiu, ocupou um menor espaço arroteado, a vegetação espontânea voltou a reivindicar os seus direitos, dando origem a formações florestais secundárias (a chamada *capoeira*), onde se entrecruzavam lianas com plantas espinhosas e arbustos diversos, formando uma barreira quase intransponível no acesso ao alto dos montes.

Relevo e floresta eram os dois grandes aliados dos escravos em fuga, a quem proporcionavam um asilo relativamente seguro.

Que levava, em São Tomé, os escravizados a fugir?

Podemos admitir, como princípio universal, que a fuga é quase um corolário do estatuto de escravidão, embora saibamos que a realidade é mais complexa e que, em condições aparentemente semelhantes, nem todos os escravos faziam essa opção. Como veremos a seguir, temos de valorizar as circunstâncias, que, aliás, nem sempre é possível conhecer bem, sobretudo no caso de fugas individuais.

1. AS FUGAS

Em São Tomé, o volume de fugitivos e o ritmo de fugas atingiram o seu máximo na primeira metade do século XVI. Não admira que assim acontecesse, pois foi nesse período, como já se disse, que o arquipélago passou a empregar um grande número de cativos nas roças do açúcar e ganhou um papel mais activo como entreposto no tráfico negreiro intercontinental.

Parece claro que uma das situações que potenciou autênticas debandadas de escravos foi a introdução da economia de plantação. A produção intensiva de cana-de-açúcar e a sua transformação industrial impunham uma divisão sexual de tarefas e uma cadência de trabalho que já nada tinham a ver com a tradição africana. Além disso, a necessidade de manter a regularidade do funcionamento do engenho levava os responsáveis a excessos de rigor no disciplinamento dos trabalhadores que podiam atingir a brutalidade. Não admira que se dessem fugas em grupo em que participavam não só os trabalhadores braçais de foice e enxada como até os que desempenhavam funções no engenho com maior exigência técnica. Em 1530, Afonso

de Torres, que já tinha sido contratador dos direitos régios, reconhecia que fugiam «cada dia» «as peças que estão nas fazendas ensinadas e levando boa vida», pelo que considerava normal que fugissem em muito maior número as «peças de armação que são novas e levando mau trato e sendo muitas, que se não podem guardar nem se hão de ter presas»⁷.

Era efectivamente entre as «peças de armação», i.e., os escravos acabados de desembarcar na ilha, a maioria com vista à posterior reexportação, que as oportunidades eram mais fragrantas e as fugas mais frequentes. Além disso, desde que, em 1519, o Estado assumira o exclusivo e a exploração directa do trato de escravos, os intervenientes no negócio tinham tendência a ser menos zelosos do que quando o mesmo estava nas mãos de particulares.

Os escravos que os navios traziam da costa de África eram desembarcados e registados na feitoria e aí eram marcados a fogo, no braço direito, com o sinal régio, um SR encimado por uma cruz⁸.

No tempo dos contratadores, os cativos recém-chegados eram depois distribuídos por fazendeiros seus conhecidos, que aceitavam manter esses homens e mulheres nas suas roças, em troca de trabalho, até que houvesse oportunidade de os enviar para o exterior.

Implantada a exploração pela coroa, manteve-se esporadicamente esse esquema, mas preferiu-se mandar instalar fazendas para essa função específica, administrada cada uma delas por um caseiro, sob a responsabilidade do feitor, onde os escravos deviam assegurar as culturas para seu mantimento até ao momento do reembarque⁹. No final da década de 1520, havia duas fazendas desse tipo na Praia Preta (*Santo António* e *Santa Cruz*) e duas outras na Angra d'El-rei¹⁰.

⁷ Torre do Tombo, Lisboa (a partir daqui, TT), *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 6v, Inquirição de 5 de Dezembro de 1530.

⁸ Regimento do Trato de S. Tomé, 8 de Fevereiro de 1519, *Monumenta Missionaria Africana* (a partir daqui, MMA), 1.^a série, vol. IV, p. 126.

⁹ *Ibid.*, pp. 126-127.

¹⁰ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fls. 8v-12, Inquirição de Outubro/Novembro de 1526; Inquirição sobre o arrendamento de Paulo Dias de Novais, 1581, MMA, 1.^a série, vol. IV, p. 324.

Há notícia de escravos que fugiram logo após o desembarque em São Tomé¹¹ e outros que, mais tarde, quando já estavam em vias de ser despachados para os novos destinos e tinham sido reunidos nos barracões da feitoria, «saltavam e rompiam as casas e por cima do tapume e fugiam pera o mato»¹².

A maioria, no entanto, desertava das fazendas, particulares ou régias, a que chamaremos «fazendas de concentração». Os obstáculos físicos à fuga não deviam ser grandes (esses escravos não estavam presos com cadeias) e as motivações podiam ser variadas, além da motivação geral, talvez mais óbvia para nós do que para os implicados, de tentar ganhar a liberdade. Uma das razões para a fuga podia ser a falta de mantimentos, o que não parece ter sido raro nas fazendas da coroa, e levava os cativos quer a procurar as roças de fazendeiros da vizinhança, que os acolhiam de bom grado, quer a embrenhar-se no mato, sabendo já, eventualmente, da existência, aí, de outros foragidos¹³.

As fontes da época apontam, porém, outra motivação como mais frequente e incentivadora. A maior parte das fugas dos «escravos de armação» teria lugar quando estes, depois de dias ou meses nas fazendas a que chamámos «de concentração», tinham notícia de que iam voltar ao porto, desta vez para embarcarem para Portugal, para a Mina ou para as Antilhas. Gerar-se-ia então um movimento de pânico, pois muitos não só tinham na memória o pesadelo que tinha sido a sua anterior viagem por mar mas também «porque uns a outros dizem que os hão de comer e por esse respeito fogem»¹⁴.

Manuel Vaz, que foi feitor da Fazenda Real em São Tomé nos anos de 1525, 1526 e 1527, ao prestar, em Lisboa, contas dos 6300 escravos que tinha recebido no decorrer do seu cargo, não possuía registo do destino de 230 deles, os quais, alegava, tinham fugido. Iniciou-se então um inquérito em que foram ouvidos, em diferentes datas, vários responsáveis e que acaba por ser um dos mais completos documentos sobre a fuga de escravos naquela ilha, entre todos os que chega-

¹¹ Testamento de Álvaro de Caminha, 24 de Abril de 1499, in Luís de Albuquerque, dir., *A Ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 72.

¹² TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 12v, Inquirição de 9 de Março de 1528.

¹³ Relatório de João Lobato, 13 de Abril de 1529 (*MMA*, 1.^a série, vol. I, p. 506).

¹⁴ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 23, Inquirição de 9 de Novembro de 1528, testemunho de João Fernandes.

ram até nós, e que usamos, aliás, abundantemente no nosso texto¹⁵. Os caseiros das fazendas foram dos primeiros a dar testemunho. Das fazendas da Praia Preta, teriam fugido 150 «peças», das da Angra d'El-rei, 65 e da fazenda do Cabo Verde, onde, havia um engenho em funcionamento¹⁶, mais 15 a 20.

Os números fornecidos pelos feitores e seus funcionários precisam de ser vistos com prudência pois as alegadas fugas podem ocultar formas variadas de descaminho. O certo é que a debandada dos escravos tinha um carácter generalizado, a que não escapavam naturalmente, bem pelo contrário, as fazendas régias.

A partir da 2ª metade do século XVI, embora as fugas nunca desapareçam, diminuem de intensidade. Por um lado, a ilha de São Tomé perde, em grande parte, o papel de entreposto no comércio de escravos devido à queda vertical das saídas para São Jorge da Mina e à importância crescente e autónoma de Luanda. Por outro lado, a produção de açúcar anemiza a partir de cerca de 1580, devido a vários factores de que o principal foi a dificuldade em fazer face à concorrência brasileira. Em muitos dos terrenos onde antes crescia a cana, passou a desenvolver-se uma agricultura de mantimentos destinados ao consumo interno e ao abastecimento dos navios negreiros em trânsito, que não só empregava menos trabalhadores escravos como os sujeitava a um ritmo de trabalho que já nada tinha a ver com a lógica, muito mais constrangedora, do engenho.

Ao mesmo tempo que regredia o número e a dimensão de novas deserções, consolidavam-se os *mocambos* ou *quilombos* que os fugitivos mais antigos e os seus descendentes tinham formado e defendido nos pontos mais inacessíveis da ilha, os quais iriam sobreviver até ao início do século XIX e continuariam a ser um motivo de inquietação para a população urbana e para os proprietários rurais.

2. A GUERRA DO MATO

As primeiras fugas de escravos não causaram grande sobressalto. A situação alterou-se nas primeiras décadas do século XVI, quando o

¹⁵ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91.

¹⁶ TT, *Corpo Cronológico*, II-128-69, 15 de Dezembro de 1525.

número de foragidos cresceu exponencialmente. Em 1528, ouvido na inquirição já referida, o mercador João Fernandes, que conhecia bem a ilha, dizia ser voz corrente em São Tomé andarem fugidos «na serra e mato» cerca de «duas mil peças de escravos»¹⁷. O número talvez esteja inflacionado mas, se assim for, era, em grande parte, o receio da população de brancos e de euro-descendentes, muito minoritária, que o inflacionava.

A Lisboa foram chegando os ecos dessa apreensão: «Por algumas cartas que dessa ilha são vindas, soubemos como os negros do mato andavam muito favorecidos e em condição de se essa ilha perder. E como mataram muitos dos moradores e homens brancos e pretos que lá foram contra eles; por onde, senhores, nos parece que segundo este negócio vai, se não houver resistência, que se perderá essa ilha e cedo será toda dos negros»¹⁸.

O documento é de 1531 e mostra como já estava ao rubro a «guerra do mato», também chamada «guerra dos negros alevantados»¹⁹ ou mesmo só «guerra dos negros»²⁰, ou ainda, com um sentido que importará precisar melhor, «guerra da serra» ou «guerra do mocambo»²¹.

Para os foragidos na zona de floresta de São Tomé, a sobrevivência não era seguramente fácil, pois nem a fauna nem a flora aí dominantes proporcionavam recursos em abundância. Os ataques a quem passava pelos caminhos ou às fazendas, mais do que actos de represália, eram expedições para assegurar com que subsistir. Tendo em conta as evidentes carências alimentares, fontes europeias não hesitavam sequer em atribuir a esses foragidos práticas de antropofagia: «a serra anda cheia de escravos e andaria muito mais se não se comessem uns aos outros»²².

¹⁷ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 23, Inquirição de 9 de Novembro de 1528, testemunho de João Fernandes.

¹⁸ Carta da Casa da Mina para o feitor e oficiais de São Tomé de 12 de Dezembro de 1531 (MMA, I, p. 548).

¹⁹ TT, *Chancelaria de D. João III, Privilégios*, Livro 2, fl. 282 e 282v, 14 de Maio de 1548.

²⁰ TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, Livro 32, fl. 87v., 4 de Novembro de 1542.

²¹ TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, Livro 44, fl. 109v., 27 de Setembro de 1538.

²² TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 7, Inquirição de 22 de Fevereiro de 1530, testemunho do ex-contratador Pedro Álvares Gentil.

As difíceis condições de vida, num meio hostil, faziam com que alguns dos fugitivos regressassem voluntariamente às fazendas, embora, tanto quanto parece, não em número muito significativo. Segundo um testemunho de 1527, «peças de escravos machos e fêmeas [...] fogem cada dia para o mato e lá morrem e se matam uns aos outros e às vezes se tornam»²³. E, em data próxima, o responsável pela instalação de uma levada de água numa das fazendas da Coroa, a quem tinham fugido várias «peças», afirmava que «seriam quarenta pouco mais ou menos e isto por [várias] vezes e que algumas se tornaram, poucas»²⁴.

Os «negros alevantados» não constituíam, naturalmente, um grupo único. Estavam organizados em «quadrilhas» (na designação europeia), que por vezes se combatiam entre si, sendo, cada uma delas, chefiada por um «capitão», a que as mesmas fontes chamam «capitão dos negros alevantados»²⁵ ou simplesmente «capitão dos escravos»²⁶. As mais importantes dessas «quadrilhas» tinham estabelecido em alguns dos picos da ilha bases de retaguarda, acampamentos de difícil acesso onde podiam resistir à repressão.

Uma fonte de 1537, mas que se reporta a alguns anos atrás, identifica duas destas bases e dois dos referidos «capitães», a propósito dos serviços prestados na guerra do mato por Jorge Vaz, morador em São Tomé, o qual lutara «no pico do Rio Grande (Cabumbé?) onde estava Mocambo com sua gente e assim no pico da Serra Alta (São Tomé?) onde ajudara a combater e entrar a Diogo Molare e sua gente»²⁷.

Esta é a única alusão que conhecemos a Diogo Molare. Diferente é o que diz respeito a Mocambo. O vocábulo *mocambo* é um termo Kimbundu e/ou Kikongo que significa cumeeira da casa²⁸, por exten-

²³ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fls. 5-5v., requerimento de Manuel Vaz.

²⁴ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 12, Inquirição de 9 de Março de 1528, testemunho de Pedro Eanes.

²⁵ TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Livro 44, fl. 5v., Carta de 17 de Dezembro de 1537.

²⁶ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fls. 22v.-24v., Inquirição de 9 de Novembro de 1528, testemunhos de João Fernandes e Diogo Vaz.

²⁷ TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Livro 44, fl. 5v., Carta de 17 de Dezembro de 1537.

²⁸ J. D. Cordeiro da Matta (coord.), *Ensaio de Dicionário Kimbúndu-Português*, Lisboa, António Maria Pereira, 1893, p. 104; Pe. António da Silva Maia, *Dicionário*

são, a própria casa e, por analogia, ponto alto, nível superior de uma habitação, de uma serra ou mesmo, eventualmente, de um grupo social. O termo fixa-se em português para designar uma comunidade de escravos fugidos (e é com esse sentido que passa ao Brasil), embora, inicialmente, surgisse também a referir um lugar determinado (Pico do Mocambo ou só Mocambo) e muitas vezes uma pessoa. Nesta acepção, além do documento já citado, diz-se explicitamente, em 1528, que «dos principais capitães de escravos que andam no mato em quadrilhas fugidos [...] o principal deles se chama Mocambo»²⁹. E, em 1535, André Rodrigues evoca a sua participação «em muitas pelejas e vitórias que houve contra Mocambo e outros pretos que andam fugidos pelas serras da dita ilha»³⁰. No mesmo ano, os juizes da Câmara de São Tomé voltavam a referi-lo: «É verdade e notório que Mocambo com muita gente andam [sic] no mato e fazem quanto dano podem em matar e roubar homens e destruir fazendas. [...] E estamos todos atemorizados aguardando o dia que o dito Mocambo e sua gente pode [sic] fazer algum mal, o que Deus não queira»³¹.

Estes insurgentes não possuíam naturalmente um armamento muito variado, para além daquele que tinham conseguido levar na fuga, junto com algumas ferramentas de trabalho. Deste modo, além de um número reduzido de catanas e de machados, dispunham sobretudo de lanças improvisadas e de arcos e flechas também improvisados.

Com esses meios limitados, além da auto-defesa, desenvolviam uma luta de tipo guerrilha, baseada na mobilidade e na surpresa, apenas atacando de forma directa alvos notoriamente mais fracos. Conhe-

rio complementar Portugues-Kimbundu-Kikongo (Línguas nativas do Centro e Norte de Angola), Cucujães, Editorial Missões, s.d., p. 157 (este último autor apresenta *mukambu* como um vocábulo Kikongo). Já, no século XVII, Cadornega apresentava a mesma definição: «Mocambo chama este gentio ao pau que atravessa para suster o cume da casa» (António de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*. Anotado e corrigido por José Matias Delgado, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, p. 128).

²⁹ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fls. 22v.-24v., Inquirição de 9 de Novembro de 1528, testemunho de Diogo Vaz.

³⁰ TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 10, fl. 145v., 24 de Setembro de 1535.

³¹ Carta dos juizes ordinários de São Tomé aos oficiais régios, 6 de Setembro de 1535 (MMA, II, p. 46).

ceiros pelo menos uma intervenção desse tipo. Em Fevereiro de 1531, um grupo numeroso de habitantes da cidade de São Tomé saiu em expedição «em busca dos negros do mato». Ao tentarem passar o esteiro do rio Formoso, por estar a maré cheia, tiveram de recorrer a um batel de Tristão Fernandes e a uma almadia dos próprios negros do mato, que ali encontraram. João Dias, um português de Aldeia Galega, ficou, com os seus escravos, a garantir a defesa de rectaguarda aos que passavam. Quando a operação estava quase concluída e já restava pouca gente, «os negros do mato que estavam embrenhados» começaram a «afrechar e querer matar» os que ficaram. João Dias e os acompanhantes lançaram-se à água para atravessar o esteiro a nado, mas pelo menos um dos seus escravos ainda foi ferido num braço e perdeu o saco que levava com mantimentos e roupa³².

O principal objectivo destes ataques era, naturalmente, obter alimentos, armas e outros bens, o que acontecia também nos raides às roças, onde se juntava um objectivo complementar: conseguir que todos ou pelo menos alguns escravos das fazendas se lhes juntassem, trazendo quanto pudessem³³.

Qual a resposta de europeus e euro-descendentes à perda de mão-de-obra escrava e à formação de bolsas beligerantes no vasto território florestado que ia da orla das suas fazendas até ao mais alto dos montes?

Como já sugerimos um pouco mais atrás, é evidente, que crescia, entre eles, uma profunda apreensão, pois sentiam, sobretudo a partir dos anos 20 e 30 do século XVI, que estavam em perigo não apenas as roças e a economia dos engenhos, como não estava segura a própria cidade.

Dá-se então uma espécie de mobilização geral a que não escapa nenhum homem livre, independentemente da cor da pele. Diga-se deste já, porém, que todos esses homens livres se faziam acompanhar por um número variável de escravos, pelo que, no exército irregular que se formava para o ataque e tentativa de recaptura de fugitivos, era de cativos o contingente mais numeroso.

³² TT, *Corpo Cronológico*, II-176-30, Certidão do corregedor Lourenço Henriques Pereira, 10 de Junho de 1532.

³³ TT, *Corpo Cronológico*, II-161-91, fl. 24v., Inquirição de 9 de Novembro de 1528, testemunho de Diogo Vaz.

Entre os brancos, nem sequer os membros do clero eram dispensados³⁴ e um mercador que, pela sua actividade, pediu escusa de ir à guerra do mato, só foi dispensado com a condição de mandar servir nela dois escravos seus e de pagar o ordenado de um espingardeiro que o substituisse³⁵.

A expectável superioridade em equipamento e armamento destas expedições militares era mais aparente que real. O uso da artilharia era inexequível. Os cavalos dificilmente penetravam na floresta. As espingardas (chamassem-se arcabuzes ou mosquetes) eram pesadas, muito lentas na preparação do tiro e a pólvora que as alimentava deteriorava-se com a humidade. E, obviamente, a protecção do corpo pelas peças de malha de ferro, com que alguns portugueses achavam que deviam ir para o mato³⁶, não era a mais conveniente para as longas caminhadas e o clima equatorial. As armas mais eficazes eram ainda a besta e o arco simples, além das lanças e das espadas.

A mobilização geral contra os «negros alevantados» só era praticada em momentos particularmente graves. De resto essa tarefa era entregue a voluntários ou a corpos de soldados pagos, sob a chefia do «capitão do mato», a que voltaremos mais adiante.

Os gastos com a guerra do mato parece terem sido assumidos inicialmente pelo concelho (que criou mesmo um «tesoureiro das cousas do mato»³⁷) mas depressa se lhe tornaram incomportáveis, pelo que foi solicitada a participação do governo central. Chegar-se-á, assim, a um acordo, através do qual as despesas eram divididas em partes iguais entre a Câmara e a Coroa, o que já era aceite pela Casa da Mina em 1531³⁸ mas parece só ter sido concretizado em 1533, ano em que a Fazenda Real, por intermédio do recebedor do trato, entregou à

³⁴ Cerca de 1590, até o cura da igreja de N^a S^a da Conceição, Baltasar Rodrigues, alega, entre os seus serviços, ter ido duas vezes à guerra do mato (Carta do bispo-deão a El-Rei, 12 de Janeiro de 1590, *MMA*, III, p. 389).

³⁵ TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, Livro 44, fl. 103, 16 de Julho de 1538.

³⁶ TT, *Corpo Cronológico*, II-176-30, Certidão do corregedor Lourenço Henriques Pereira, 10 de Junho de 1532.

³⁷ TT, *Corpo Cronológico*, II-184-43, 18 de Julho de 1533.

³⁸ Carta da Casa da Mina para o feitor e oficiais de São Tomé de 12 de Dezembro de 1531 (*MMA*, I, p. 548).

Câmara 90 mil réis³⁹. Nos anos seguintes, houve vários contributos de 30 e 40 mil réis⁴⁰, mas os juizes da Câmara reclamaram reiteradamente contra a exiguidade e o atraso dos pagamentos. Em 1535: «Nós somos juizes e não podemos fazer mais que ter a gente prestes como dito é e não temos dinheiro para lhes pagar o que está em ordenança»⁴¹. E em 1536 voltam a dizer ter gente junta e não ter orçamento à altura e acrescentam: «Todo o povo desta ilha clama por não ir gente ao mato»⁴².

No início do século XVII, a Fazenda Real continuava a contribuir para a guerra do mato. Gastava, em 1605, 300 000 réis, o que só aparentemente era muito: andava à volta de 10% do que se consumia, em São Tomé, com o pessoal eclesiástico e era cerca de 5% das despesas totais do território⁴³, provavelmente menos do que no início do século XVI.

Além do suporte financeiro, a coroa tinha outros meios para intervir na guerra do mato. Um deles, por certo incentivador, foi o de dar estatuto de nobreza a quem se distinguisse nessa luta repressiva, tendo inclusivamente sido concedido ao corregedor de São Tomé, nessa altura a autoridade máxima da ilha, o direito de fazer cavaleiros as pessoas que entendesse merecedoras⁴⁴. O grau devia depois ser confirmado pelo monarca e, entre 1533 e 1555, numa pesquisa não sistemática, identificámos quinze desses novos cavaleiros⁴⁵, o que

³⁹ TT, *Corpo Cronológico*, II-184-43, 18 de Julho de 1533.

⁴⁰ TT, *Corpo Cronológico*, I-56-48, 2 de Outubro de 1535; II-206-37, 20 de Fevereiro de 1536; II-206-79, 20 de Março de 1536; II-216-20 e II-216-21, 20 de Fevereiro de 1538.

⁴¹ TT, *Corpo Cronológico*, II-204-111, 18 de Outubro de 1535.

⁴² TT, *Corpo Cronológico*, II-206-79, 20 de Março de 1536.

⁴³ Cristina M. Seuanes Serafim, *As ilhas de São Tomé no século XVII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2000, p. 236 e quadro 47, p. 261; Artur Teodoro de Matos, «Os donos do poder e a economia de S. Tomé e Príncipe no início de Seiscentos», *Mare Liberum*, nº 6, Dezembro 1993, doc. I.

⁴⁴ A maior parte desses graus de cavaleiro foram atribuídos pelo licenciado Henrique Pereira, corregedor de São Tomé por carta régia de 6 de Julho de 1531 (TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 9, fl. 63).

⁴⁵ Tratou-se de Garcia Fernandes Coutinho (TT, *Chancelaria de D. João III*, *Doações*, Livro 16, fl. 100v.), Diogo Fernandes (l. 20, fl. 44), Marcos Gonçalves (l. 20, fls. 135-135v.), Diogo Gil (l. 22, fl. 56), André Rodrigues (l. 10, fl. 145v.), Jorge Vaz (l. 44, fl. 5v.), Diogo Rosário (l. 44, fl. 108v.), Tomé Rodrigues (l. 44, fl. 109 v.), Fer-

mostra o empenhamento da população europeia ou euro-descendente nesse combate.

Outra forma de a Coroa apoiar a guerra do mato foi através do envio de degredados a quem era imposto o povoamento das áreas mais perigosas⁴⁶ ou mesmo a participação directa nas expedições armadas. Por outro lado, em 1591, foi concedido ao capitão de São Tomé o privilégio de perdoar e comutar a pena a qualquer pessoa da ilha condenada até cinco anos de degredo, desde que não fosse acusada de «delitos escandalosos» e se oferecesse para servir, durante igual tempo, na guerra do mato⁴⁷.

Durante mais de um século, a população exigiu que a Coroa se empenhasse no povoamento das fachadas Oeste e Sul da ilha que tinham ficado completamente à mercê dos «negros alevantados», depois da tentativa de instalar aí, no início do século XVI, algumas roças, que não demoraram a ser abandonadas⁴⁸.

Desde 1517, houve tentativas frustradas de povoar a parte «de trás da serra» (aparentemente a parte ocidental), onde se chegou a planear instalar um couito de homiziados⁴⁹. Fez parte do mesmo projecto a construção, exigida pelos moradores, de uma fortaleza, a qual — provavelmente mais um acampamento fortificado do que uma fortaleza — veio de facto a ser erguida na década de 30 do século XVI,

não Martins (l. 27, fl. 51v.), Manuel Gonçalves (l. 27, fl. 90), Pêro Manhoz de Ferreira (l. 32, fl. 84v.), Manuel Pires (l. 32, fl. 87v.), Simão Lopes Rebelo (*Privilégios*, l. 2, fls. 282-282v.), Manuel Serrão (l. 4, fl. 277v.) e Bartolomeu Rolão (l. 5, fls. 275-275v.).

⁴⁶ Carta de Bernardo Segura a el-rei, 15 de Março de 1517 (*MMA*, vol. I, pp. 390-391).

⁴⁷ Alvará de Filipe I a Duarte Peixoto da Silva, capitão de São Tomé, 22 de Março de 1591 (*MMA*, vol. III, pp. 425-426).

⁴⁸ «...Sou informado que por medo dos ditos escravos do mato estão despoçadas as fazendas de detrás da serra e seus donos as não ousam aproveitar» (Regimento do feitor do trato da ilha de São Tomé, 2 de Agosto de 1532 in Jorge Faro, *A organização comercial de S. Jorge da Mina em 1529 e as suas relações com a Ilha de S. Tomé*, Bissau, s.n., 1958, pp. 334-335); No mapa «holandês» a que seguir faremos referência, aparece a legenda «Fazendas de Ana de Chaves desbaratadas pelos negros alevantados», localizando-as junto do rio de S. João, entre a Angra da Oliveira e o rio Grande. No mapa estão a sudoeste mas, se as referidas localizações são correctas, trata-se da fachada sueste da ilha de São Tomé.

⁴⁹ Carta de Bernardo Segura a el-rei, 15 de Março de 1517 (*MMA*, vol. I, pp. 390-391).

com materiais trazidos por mar, recebendo o pretensioso e pouco adequado nome de Castelo da Vitória⁵⁰. É talvez a ele que se refere um mapa publicado numa atlas holandês de 1598, mas que utiliza seguramente uma fonte portuguesa anterior de data desconhecida (estão em português as legendas da carta), mapa em que se identifica, no lado oeste da ilha, o local onde estava a «gente darmas contra os negros», a ocidente do «pico do Mocambo, onde estão os negros alevantados»⁵¹. A ausência de informações posteriores sobre este «castelo» leva-nos a concluir que foi abandonado ainda no século XVI ou pouco depois.

Em 1553, o capitão Jácome Leite levava ordens de Lisboa para instalar uma povoação no lado sul da ilha, e, ouvidas as autoridades locais, pôde concluir que «segundo a voz do povo, todos dizem ser cousa muito necessária povoação daquela parte»⁵². Deve ser a essa povoação que se refere a documentação que, na década de 1570, fala de «povoação nova», de «Vila Nova» ou de «Vila Nova de Alçada»⁵³. Sabemos, porém, que, antes de 1581, houve um levantamento e/ou ataque de escravos no qual muitos brancos foram mortos e os restantes fugiram como puderam para a cidade⁵⁴, abandonando a nova povoação. Na segunda metade do século XIX, Raimundo da Cunha Matos dá esta referência: «Na Ponta do Sul existe um lugar agora deserto a que se dá o nome de Vila e a uma ribeira contígua chamam Rio da Vila e nela existem grandes ruínas, fornos de cal e outras coisas que mostram ter aquele sítio sido muito povoado»⁵⁵. Tratava-se, provavelmente, dos últimos vestígios do falhado projecto quinhentista.

⁵⁰ TT, *Corpo Cronológico*, II-219-27, 16 de Junho de 1538; Artur Teodoro de Matos e Luís da Cunha Pinheiro, *A Ilha de São Tomé no reinado de D. João III*, Sep. de *D. João III e o Império*, Lisboa, 2004, p. 451.

⁵¹ Théodore Monod, *Note sur quelques cartes anciennes de São Tomé*, separata do vol II das *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961, pp. 5-12.

⁵² Carta do Capitão Jácome Leite a El-Rei, 8 de Agosto de 1553 (*MMA*, vol. II, p. 291).

⁵³ TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Legitimações*, l. 19, fls. 42-42v.; l. 13, fls. 102-102v.; l. 34, fl. 88v.

⁵⁴ TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Legitimações*, l. 2, fl. 6, 10 de Fevereiro de 1581.

⁵⁵ R.J. da Cunha Matos, *Compêndio Histórico das Possessões na África*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 101.

No período mais agudo da luta contra os «negros alevantados», foram criados em São Tomé dois cargos públicos para a sua repressão, cujas funções por vezes se sobrepõem: o «meirinho da serra» e o «capitão do mato».

O cargo de «meirinho da serra» foi estabelecido em 1528, por alvará régio que o recém-nomeado feitor da Fazenda Real em São Tomé, João Lobato, foi encarregado de implementar no terreno. Nesse documento, associava-se expressamente a necessidade de criação do cargo ao número de «escravos que fogem para a serra» e, pelo que é possível deduzir de outras fontes, a sua missão era, exactamente, perseguir e prender os escravos que se ausentavam das fazendas, em particular das fazendas régias, evitar que outros fazendeiros os recolhessem nas suas roças (o que não era raro) e levantar autos de eventuais prejuízos⁵⁶. Embora as suas funções não fossem necessariamente as mesmas, um cargo com a mesma designação já existia no Algarve e na Madeira e também será criado, cerca de 1534, na ilha de Santiago, em Cabo Verde⁵⁷.

O «meirinho da serra», em São Tomé, era pago pela Fazenda Real e estava na dependência directa do corregedor da ilha. O primeiro a ser nomeado foi Lourenço Rodrigues, a que se seguiram Gonçalo de Barros, Rui Gonçalves e Bastiam de Abreu. Tiveram direito uns a dois auxiliares, outros a três, mas será o número de dois que terá tendência a fixar-se. Recebiam de ordenado 12 mil réis, mais o privilégio de resgatar seis peças de escravos com mercadoria sua (o que equivalia a 24 000 réis) e os auxiliares ganhavam, cada um, 800 réis por mês⁵⁸.

No início do século XVII, o «meirinho da serra» continuava a receber a mesma remuneração, apenas o preço dos escravos se tinha valorizado considerando-se que as seis «peças» valiam 34 500 rs (impor-

⁵⁶ TT, *Corpo Cronológico*, II-175-82, Sentença do contador Lopo Ferreira de 22 de Maio de 1532.

⁵⁷ Na ilha de Santiago, o meirinho da serra era comum aos dois municípios da ilha (Ribeira Grande e Alcatrazes/Praia). Era nomeado por três anos e a sua função principal era a repressão das fugas de escravos, sendo remunerado, a meias, pelos municípios e pela Fazenda Real. Em 1536, recebia 20 mil réis anuais de ordenado mais 12 mil para mantimento dos dois homens que tinha ao seu serviço (Maria Teresa Avelino Neves, *O Município nas Ilhas de Cabo Verde. Séculos XV a XVIII*, Dissertação não publicada, Lisboa, Universidade Nova, 2009, p. 116).

⁵⁸ TT, *Corpo Cronológico*, II-175-82, 22 de Maio de 1532; II-178-37, 9 de Agosto de 1532; *Chancelaria D. João III, Doações*, l. 7, fl. 106, 21 de Março de 1534.

tância que a Fazenda Real devia pagar se não fosse possível o resgate). Não sabemos, porém, se o proprietário do cargo continuava ou não a residir em São Tomé. Domingos da Silva, que teve nessas funções 27 anos (entre 1595 e 1622) e as passou depois a um filho seu homónimo que as manteve, por sua vez, 32 anos (entre 1622 e 1655), era «moço da Câmara de Sua Majestade»⁵⁹. Em 1626, o governador da ilha propôs ao Conselho de Estado (que deu parecer favorável) a extinção do cargo, curiosamente com o argumento de que tinham acabado as «guerras do mato» para que fora criado⁶⁰. Apesar disso, o cargo manteve-se ainda no fim do século XVII⁶¹. Mistérios da burocracia.

Se as funções do «meirinho da serra» eram as de tentar repor a legalidade no mundo incontrolado exterior às roças, as do «capitão do mato» eram puramente repressivas. Não se sabe quando foi criado, na ilha, o cargo de «capitão do mato» que, mais tarde, surgirá também em diversas regiões do Brasil, associado à perseguição dos negros fugidos e quilombolas⁶².

A primeira referência, em São Tomé, diz respeito a 1537 mas não é impossível que já existisse, anteriormente, este cargo que, nos dois séculos seguintes será também designado por «capitão da guerra do mato»⁶³ e «capitão-mor do mato»⁶⁴. Embora não haja informações expressas nesse sentido, parece certo que o(s) titular(es) do cargo eram nomeados pelas autoridades concelhias, razão pela qual o ofício não aparece em nenhuma lista de funcionários pagos pela Fazenda Real.

⁵⁹ C. M. Serafim, *As ilbas de São Tomé...*, pp. 75, 117 e 119 e A. T. de Matos, «Os donos do poder ...», pp. 185 e 187.

⁶⁰ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 1, doc. 108, Carta do Governador A. G. Maracote de 10 de Fevereiro de 1626; Caixa 2, doc. 1, Consulta do Conselho Estado de 10 de Fevereiro de 1627.

⁶¹ C. M. Serafim, *As Ilbas...*, cit., pp. 74-75 e 190.

⁶² Ver, por todos, Nielson Rosa Bezerra, «Entre Escravos e Senhores: a Ambiguidade Social dos Capitães de Mato» (*on line*).

⁶³ A.H.U., *Conselho Ultramarino*, Códice 44, fl. 165v-166, Consulta do Conselho Ultramarino (c. 1642).

⁶⁴ Manuel do Rosário Pinto, *Relação do Descobrimento da Ilba de São Tomé*. Fixação do texto, introdução e notas de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, CHAM, 2005, pp. 128, 145 e 150; A.H.U., *São Tomé*, Cx. 59, doc. 57, Relação da viagem, s/ identificação [ouvidor-geral Caetano de Mesquita?] e s/data [1770?] in Carlos Agostinho das Neves, *São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*, Funchal/Lisboa, 1989, p. 283.

O número de capitães do mato, bem como o dos soldados que os acompanhavam, parece ter variado ao longo do tempo. Uma notícia de 1580 fala na existência de três capitães do mato⁶⁵ mas a prática imposta em 1587-1591 pelo governador Miguel Telles de Moura (e que o rei mandou se continuasse) era a de haver dois capitães e que, cada um deles, «com a gente de sua obrigação», ficasse no terreno em semanas alternadas⁶⁶. Não faltam, porém, as fontes em que o cargo é referido no singular e, em informação respeitante a 1674, volta a aludir-se a três capitães do mato⁶⁷.

Não parece que o capitão tivesse qualquer ordenado fixo, sendo retribuído pelos prémios devidos por cada escravo que fosse devolvido ao respectivo proprietário, importância que estava fixada pela Câmara, em 1679, em 500 réis⁶⁸ e que atingia, em 1738, os 2000 réis⁶⁹. No caso de «gentio bravo» (antigos escravos e seus descendentes fixados no interior mais inacessível da ilha), as «peças» pertenciam à Fazenda Real que ficava com um terço do valor total⁷⁰. Podia porém acontecer que a Câmara ou os proprietários fixassem prémios de outros valores, de acordo com a dificuldade da tarefa. Num testemunho da segunda metade do século XVIII referem-se esses negros fujões para se afirmar em seguida: «pela extensão, altura e fechado dos matos, não se apanha um só, por maior prémio que se arbitre ao Capitão-mor do mato e aos seus soldados»⁷¹.

De qualquer forma, o ofício não parece ter sido muito prestigiado e, pelo menos a partir do século XVII, foi desempenhado sobretudo por negros forros. Em 1685, por exemplo, o capitão-mor do mato era

⁶⁵ «Para defesa dos alevantados há 3 capitães espalhados pela Ilha para defenderem a Cidade» (Carta de Frutuoso de Almeida para o padre Francisco Martins, 4 de Março de 1580, *MMA*, III, pp. 187-188).

⁶⁶ Trelado de um capítulo do regimento do capitão Vasco de Carvalho de Sousa, 26 de Fevereiro de 1593 (*MMA*, vol. III, pp. 461-462).

⁶⁷ M. R. Pinto, *Relação do Descobrimento...*, p. 127.

⁶⁸ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 3, doc. 50, Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Abril de 1679.

⁶⁹ A.H.U., *São Tomé*, Caixa 6, doc. 85, Carta do governador D. José Caetano Sotomayor ao rei, 15 de Junho 1738.

⁷⁰ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 3, doc. 50, Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de Abril de 1679.

⁷¹ A.H.U., *São Tomé*, Caixa 59, doc. 57, 1770? (C. A. Neves, *São Tomé e Príncipe...*, p. 283).

Manuel Tavares, «preto mui valeroso, de que todos na Ilha tinham medo»⁷².

Como decorre de alguns dos factos apontados, a guerra do mato prolongou-se pelos séculos XVII e XVIII, embora nem sempre com as mesmas características.

De qualquer forma, o discurso oficial desde cedo tentou desvalorizar a ameaça. Em 1584, o bispo de São Tomé informava para Lisboa que o capitão da ilha [Francisco de Figueiredo?] se mostrara «muito diligente nas cousas do mato» e que «os moradores desta cidade fizeram algumas entradas no mato, em que mataram e prenderam muitos negros principais e outros ficaram muito aleijados de que perderam já muita parte da ousadia que tinham»⁷³. E, poucos anos depois, o monarca louvava a acção do capitão da ilha (Miguel Telles de Moura, 1587-1591) na mesma guerra, pela qual «se foram extinguindo quase de todo os negros alevantados»⁷⁴.

Os dois testemunhos são particularmente infelizes pois o primeiro data de pouco antes da insurreição de 1585 e o segundo da de 1595, talvez os maiores levantamentos dos escravos das fazendas (foram dirigidos por «negros crioulos»), que chegaram a fazer tremer o poder colonial na própria cidade de São Tomé⁷⁵ e introduziram uma dimensão completamente nova, ainda que pontual, na luta dos escravos. E, em 1617, houve um novo levantamento de «crioulos», que só não foi mais grave por ter sido denunciado por um dos possíveis participantes⁷⁶.

A repressão subsequente a esses levantamentos por certo provocou novas fugas mas, quanto à guerra do mato propriamente dita, a opinião das autoridades (pelo menos pelo menos para uso oficial) é

⁷² M. R. Pinto, *Relação do Descobrimento...*, p. 145.

⁷³ Carta de D. Martinho de Ulhoa, bispo de São Tomé, Julho de 1584 (*MMA*, vol. III, pp. 272-273).

⁷⁴ A.H.U., *S. Tomé*, cx. 1, doc. 24, Treslado de um capítulo do regimento do capitão Vasco de Carvalho de Sousa, 26 de Fevereiro de 1593 (*MMA*, vol. III, pp. 461-463).

⁷⁵ Arlindo Manuel Caldeira, «Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha de São Tomé (sécs. XVI-XVIII)», *Africana Studia*, nº 7, Porto, 2004, pp. 132-133; Id., «Aprender os trópicos: plantações e trabalho escravo...», pp. 54-55.

⁷⁶ Certificado de Francisco d'Almeida da Quinta, 20 de Fevereiro de 1617 (*MMA*, vol. VI, p. 273); Carta régia ao Marquês Vice-Rei, 4 de Julho de 1617 (*MMA*, vol. XV, pp. 464-65); T.T., *Cbancelaria de D. Filipe II, Doações*, Livro 1, fls. 54v a 56, 21 de Maio de 1621.

que ia em regressão. Em 1626, o governador não hesita mesmo em dizer que «se acabaram as guerras do mato»⁷⁷.

Acontece que, de facto, a guerra tinha mudado de características e até de cenário, tornando-se cada vez mais uma «guerra da serra». As quadrilhas de fugitivos formadas na envolvimento das roças, características do século XVI, tinham desaparecido e, como já se disse, a partir das primeiras décadas do século XVII, atenuara-se o ritmo das fugas.

Em compensação, tinham-se consolidado, no recesso dos picos, comunidades de antigos fugitivos («angolas» ou «angolares») que iriam viver em completa autonomia e em relativo isolamento até ao início do século XIX, o que permitiu, aliás, que desenvolvessem um crioulo próprio: o angolar⁷⁸. Só esporadicamente praticavam ataques às fazendas em busca de armas, de ferramentas e de...mulheres, sendo as relações com os escravos das roças, ao que parece, pouco frequentes e muitas vezes hostis. As diferentes proveniências étnicas entre os trabalhadores das fazendas (Mina e outras zonas do golfo da Guiné) e os habitantes dos mocambos (Kongo e Angola) e as difíceis condições de sobrevivência nas serras contribuía para esse afastamento, o que não significa que escravos em fuga e perseguidos não pudessem procurar refúgio nos mocambos.

Não era essa a opinião de um capitão-mor de São Tomé, na segunda metade do século XVIII: «Nos sertões e montes da dita ilha se acham bastantes pretos gentios. [...] Algumas vezes têm vindo de patrulha às roças mais longes dos moradores a fazer seus furtos, maiormente de pretas, que pretos da terra os não querem, antes encontrando-os fazem toda a diligência em ver se os podem matar. E dizem os moradores da ilha que os ditos angolas lhes são muito úteis na terra, pela razão que tendo os seus escravos receio deles não fogem para muito longe»⁷⁹.

⁷⁷ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 1, doc. 108, Carta do Governador A. G. Maracote de 10 de Fevereiro de 1626.

⁷⁸ Tjerk Hagemeijer, «As ilhas de Babel: a crioulação no Golfo da Guiné», *Camões*, nº 6, Julho/Setembro 1999, pp. 74-88; Gerardo A. Lorenzino, *The Angolar creole portuguese of São Tomé: its grammar and sociolinguistic history*, Dissertação não publicada, The City University of New York, 1998 (policopiado).

⁷⁹ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 13, doc. 20, Carta do capitão-mor das ilhas de S. Tomé e Príncipe Vicente Gomes Ferreira, para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, 15 de Fevereiro de 1771 (C. A. Neves, *São Tomé...*, cit., p. 331).

Os chamados angolares foram frequentemente objecto de ataques com vista à sua eliminação⁸⁰ mas souberam sempre resistir. Depois de negociações demoradas, iniciadas ainda no século XVIII⁸¹, os «povos denominados angolares dispersos nas montanhas desta Ilha» chegaram finalmente a acordo com o governador, coronel Gabriel António Franco de Castro, tendo jurado fidelidade, em 1803, ao monarca português e aceitado fixar-se numa povoação junto à costa⁸². Os equívocos ainda não tinham terminado mas acabavam, pelo menos, as hostilidades mais graves⁸³. Embora, nas três décadas imediatamente anteriores, também já não houvesse notícias de confrontos armados, podemos considerar o ano de 1803 como o do fim da «guerra do mato».

Durante cerca de trezentos anos, uma parte significativa da ilha de São Tomé esteve fora do controlo das autoridades coloniais. Embora as fugas de escravos tivessem começado com o início da colonização⁸⁴, o seu momento mais alto coincide com a implantação generalizada da produção de açúcar, a cujas exigências de trabalho os africanos dificilmente se adaptavam, e com a assunção de São Tomé como entreposto no tráfico atlântico de escravos. As tentativas da Coroa e dos fazendeiros para recuperarem os escravos fugidos e os ataques destes às roças para assegurarem a sobrevivência, deram origem a conflitos mais ou menos continuados, a chamada «guerra do mato», cujo início podemos datar de cerca de 1530. O grau de intensidade não foi sempre o mesmo ao longo de três séculos, mas foi o suficiente para criar um clima de instabilidade que não só esteve na origem da rápida decadência da indústria açucareira como marcou toda a vida da ilha de São Tomé, na primeira fase de colonização.

⁸⁰ Por exemplo, em 1674, o governador Paulo Freire de Noronha gabava-se de ter enviado por várias vezes corpos armados ao sítio do Pico onde teriam queimado «as estâncias dos negros fugitivos» e proclamava (o que era mais um desejo do que uma realidade) que «ficava a terra livre das opressões que os moradores padeceram muitos anos» (A.H.U., *São Tomé*, Caixa 3, nº 19, Consulta de 18 de Agosto de 1674).

⁸¹ A.H.U., *São Tomé*, Cx. 22, doc. 53, Carta do capitão-mor, João Baptista e Silva para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, 30 de Março de 1789.

⁸² A.H.U., *São Tomé*, Caixa 35, nº 31, 17 de Novembro de 1803, Carta do governador Franco de Castro para o Visconde de Anadia.

⁸³ Temos em preparação um trabalho sobre esta questão.

⁸⁴ As primeiras notícias de fugas para o mato remontam ao capitão donatário Álvaro de Caminha (cf. nota 11).